

ÉTICA E GRATUIDADE

1. INTRODUÇÃO

A presente abordagem será feita em três momentos, interligados por um fio condutor: conforme o expressa o título, trata-se de visualizar a determinação ética na perspectiva de gratuidade. O que está em jogo não é uma complementação valorativa, mas o sentido mesmo da ética, ou sua qualificação essencial. No primeiro momento, veremos o ser humano como a grande inspiração da ética, superando o impasse da heteronomia. No segundo momento, ocupará nossa atenção o esforço por compreender a essencialidade humana na bi-polaridade conflitiva de gratuidade e interesse. No terceiro momento, nossa atenção se voltará para a relação mesma entre ética e gratuidade. Veremos que a razão da determinação ética (a gratuidade) é também o fator que leva à sua superação.

2 A DIGNIDADE HUMANA COMO INSPIRAÇÃO FONAL DA ÉTICA

2.1. A busca de auto-conhecimento e o encontro com a alteridade

A história da humanidade é também a história das tentativas de controlar a existência humana através de interdições, normas, preconceitos e tabús. Mas esta *dominação* não ocorre sem resistências. O ser humano, na indeterminação de sua liberdade, subtrai-se constantemente a toda a determinação que o encerrasse em conceitos, ao nível de compreensão, e em sistemas, ao nível de sua expressão histórica. Há nisso, também, um mecanismo de defesa, seja em termos de realidade pessoal e seja em termos de coletividade.

A busca do auto-conhecimento é uma das metas mais prementes empreendidas pelo ser humano. Ele quer conhecer-se,

entre outras razões, porque teme a força explosiva de suas potencialidades ocultas. O conhecimento desvenda o mistério e propicia um domínio sobre a vida. É desta forma que o ser humano deixa de ser uma ameaça para si mesmo. O presente e o futuro passam a ser encarados com serenidade.

O conhecimento do outro, na dimensão da coletividade, obedece substancialmente ao mesmo esquema. A alteridade pessoal, também envolvida no mistério e na indeterminação da liberdade, constitui simultaneamente uma ameaça, pelo inevitável conflito de interesses, e uma oportunidade de abertura a relações capazes de gerar um novo ser: a comunidade na convergência do eu e do tu. O risco é sempre de o ser humano se perder no emaranhado das relações. Conhecer o outro, desvendar-lhe o mistério, equivale a tê-lo sob controle afim de que ele não exorbite, pondo em risco a convivência.

2.2. *Ética e controle social*

Neste sentido, a existência de normas, preceitos e interdições, onde nunca faltam preconceitos e tabús, com destaque para a dimensão religiosa, constitui um mecanismo de extraordinário poder, com vistas ao controle social. E a eficácia deste mecanismo será tanto mais incisiva quanto menos ele for ostensivo. Em outras palavras, uma interdição será tanto maior, em sua força repressiva, quanto mais ocultas e misteriosas forem suas motivações.

É aqui que a religião exerce toda a sua força, porque ela pretende expressar a dimensão misteriosa e inefável da existência humana. Não nos admira que, na história da humanidade, religião e moral sejam companheiras de jornada. Avançando o sinal, alguns pensadores, em atitude de protesto, juntam indissociavelmente religião e repressão.

O elemento de valor em tudo isso é o fato da superação da heteronomia, porque o ser humano busca inspiração para a sua estrutura ética não em determinações vindas *de fora*, mas na própria realidade humana: sua dignidade constitui-se na inspiração fonte de toda a ética. O valor de um preceito está essencialmente ligado à sua origem na realidade mesma do ser humano, na vasta gama de suas relações e na expressão mais profunda de seu ser.

2.3. *A pessoa humanas como critério de valor*

No vasto mundo da criação, as várias formas de ser não apresentam uma equivalência indiferenciada. Há uma hierarquia valorativa que vai progressivamente em direção a formas

sempre mais sofisticadas de vida. No topo da escada encontramos o ser humano, portador de uma dignidade incomparável. Lidos antropologicamente, os textos do Gênesis referentes à criação expressam bem esta consciência: de todos os seres criados, somente o ser humano é criado à *imagem e semelhança* de Deus. Grande significação reveste a bênção que segue a criação: “*Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a: dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra*” (Gn 1, 28).

Temos aí uma forma de compreender a realidade humana que vai crescendo na medida em que se caminha em direção à Nova Aliança. Uma antropologia, bem sabemos, é sempre uma *forma de compreender* o ser humano, certamente condicionada por um contexto cultural e ligada a experiências profundas e significativas.

Neste sentido, nenhuma antropologia pode ser considerada normativa. Nem mesmo o fato de encontrar expressão nos textos bíblicos é capaz de garantir-lhe esta normatividade. O que nos interessa aqui é a busca do profunda e autenticamente humano. Para isso será preciso atuar em nível de intenso diálogo intercultural, em espírito de abertura e na superação de todos os preconceitos. Nesta perspectiva, a Bíblia torna-se um referencial importante na medida em que conseguimos detectar uma preocupação, através de experiências sucessivas, de mergulhar fundo na realidade humana. Assim, uma leitura mais atenta nos mostra que o ser humano, com esta consciência, seus projetos e suas perplexidades, é o grande tema do testemunho bíblico.

Se é possível falar em História da Salvação, teremos de concluir que a meta desta História é a plenitude da vida humana.

2.4. Deus e o ser humano na História da Salvação

Esta forma de interpretar a Bíblia, não há como negar, contraria a maneira habitual de lê-la e interpreta-la. Nossos manuais de estudos bíblicos costumavam ensinar-nos que Deus é o grande tema do Antigo e do Novo Testamento. Se assim fosse, não teríamos como falar em História da Salvação, uma vez que de salvação Deus é, com certeza, o único a não necessitar delas. Na atuação histórica de Jesus de Nazaré esta perspectiva ganha força maior e se radicaliza. É sintomático que, ao definir a razão de sua *vinda*, Jesus indique uma perspectiva não tematicamente religiosa: “*Eu vim para que tenham a vida, e a tenham em abundância*” (Jo 10, 10). Bem diferente do que nos foi ensinado na catequese: *vivemos na terra para amar e servir a Deus e assim salvar a nossa alma*. Hoje podemos dizer

sem exageros que damos culto a Deus promovendo a dignidade humana. O compromisso com Deus se resolve no compromisso com o ser humano.

Impressiona-nos, na descrição do julgamento final (Mt 25, 31-46), o realismo com que Jesus identifica o ser humano necessitado com sua própria pessoa, de tal forma que a rejeição do pobre equivale à rejeição dele mesmo. Temos aí, com certeza, a expressão mais radical da verdade bíblica de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus. Com igual realismo se expressa Paulo na Carta aos Filipenses quando compreende a Encarnação como o mergulho de Deus nos abismos da condição humana: “*Ele tinha a condição divina, e não considerou o ser igual a Deus como algo a que se apegar ciosamente. Mas esvaziou-se a si mesmo, e assumiu a condição de servo, tomando a semelhança humana. E, achado em figura de homem, humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de cruz*” (Fl 2, 6-8). Desta forma, a redenção é uma humanização, e a salvação não é a divinização do ser humano, mas sua elevação à plenitude humana. Ao ser salvo, o ser humano não transcende a própria natureza. Pelo contrário, ele é levado a uma fidelidade radical a ela. Falar em divinização aqui não passa de retórica teológica.

2.5. Um exemplo: o preceito sabático

Indicação desta perspectiva, presente na atuação de Jesus de Nazaré, é sua polêmica com escribas e fariseus na questão concernente ao preceito do repouso sabático (Mt 2, 27; Lc 6, 5). Este preceito (não é difícil percebê-lo) é indicativo de toda uma compreensão em relação à estrutura da sociedade e à sua determinação ética. A postura de escribas e fariseus aponta na direção de ver na pessoa de Deus a razão de ser de toda a organização social e de todo o seu sistema de normas e preceitos. Dentro desta visão, é compreensível a atitude de intransigência no que concerne à observância. Se, de fato, Deus é a razão de tudo isto, a conclusão é bastante lógica: nada do que concerne ao ser humano pode interferir no cumprimento do preceito. A crítica veemente às “*transgressões*” de Jesus estaria plenamente justificada: “*Este homem não vem de Deus porque não guarda o sábado*” (Jo 9, 16).

Ocorre que a compreensão de Jesus caminha em outra direção: o ser humano, e não Deus, é a razão de ser de toda a estrutura social. Desta forma, uma necessidade humana é sempre um bom motivo para que a observância seja suspensa a fim que o ser humano possa receber a ajuda de que necessita. Dentro desta perspectiva, a pessoa humana torna-se critério de valor. O bem e o mal determinam-se na fidelidade à sua

vocação mais profunda. Uma determinação ética, que pretenda ser evangélica, deve ter como meta a promoção da dignidade humana, com destaque para aquelas formas de vida que se apresentam em condição humilhada. Esta é a razão pela qual Jesus sustenta que *veio* não para os que estão com saúde, mas para os que estão doentes (Mc 2, 17).

2.6. O espírito para além da letra

Tendo como referência a dignidade humana, a determinação ética não pode fugir de uma certa *funcionalidade*. Sua vigência está rigorosamente condicionada às peripécias da aventura humana. Normas e preceitos não têm valor em si: são mediações de valores. Estes é que lhes asseguram consistência e dignidade. A observância de uma norma ou de um preceito só pode ser exigida na exata medida em que estiver em jogo um determinado valor. Este, por sua vez, concerne sempre à dignidade humana. O *formalismo humano*, tão execrado, mas nem por isso menos presente na organização social e na vida eclesial, consiste justamente na permanência impositiva de uma norma ou preceito quando o valor que lhes deu origem deixou de existir.

Em razão desta funcionalidade, toda determinação ética, se pretende ser fiel à perspectiva evangélica, deve passar por um processo de deslocamento de eixo: das normas para os valores, da letra para o espírito. Desta forma, um comportamento que pretendesse qualificação ética deveria, simultaneamente, assegurar fidelidade aos valores e liberdade frente a normas e preceitos. A chamada *obediência cega*, tantas vezes proclamada como expressão de elevada espiritualidade, constitui flagrante desumanização. Legalismo e seguimento de Jesus Cristo são posturas inconciliáveis. Certas formas de rejeição da Igreja não se devem à recusa e ao fechamento face a valores de *vida nova*, que constituem sua razão de ser, mas à percepção de que, com excessiva freqüência, os seres humanos são sacrificados impiedosamente no altar de um cruel legalismo.

2.7. Relativismo ou relatividade?

A esta altura de nossas reflexões cabe, certamente, uma pergunta: a compreensão da determinação ética, nos termos que o temos feito mais acima, não teria como conclusão inevitável o relativismo ético? A pergunta é séria até porque é inviável a convivência humana sem uma clara determinação do que seja bem e do que seja mal. Nossa compreensão exclui o relativismo porque não propõe uma equivalência indiferenciada entre muitas

possibilidades. Em caso contrário, o critério da convivência acabaria por sobrepor-se a qualquer outro critério, inviabilizando uma determinação praxica do que promove e do que esmaga a dignidade humana. Ao invés de relativismo, vamos falar aqui em relatividade. Toda determinação ética, na medida em que se faz histórica, estará condicionada pela situação sempre relativa em que vive o ser humano. Um ser constitutivamente relativo não pode reivindicar vivências absolutas. Não temos aqui uma equivalência indiferenciada porque há sempre a indicação da busca das melhores possibilidades: aquelas, justamente, que propiciam ao ser humano um crescimento em humanidade.

3. GRATUIDADE E INTERESSE

Dizíamos no item anterior que a determinação ética do ser humano decorre da estrutura básica de sua natureza. A plenitude vivencial acontece quando o agir expressa fidelidade ao ser. “*Agere sequitur esse*” é um princípio elementar que ninguém até hoje conseguiu desmentir. Temos aqui, conforme víamos mais acima, a indicação mais preciosa da superação de um impasse que atormenta a existência humana: a heteronomia. É na estrutura mesma do seu ser que a humanidade vai encontrar a fonte inspiradora de tudo quanto será determinante numa organização sadia da convivência humana. A realização e a felicidade dependem estritamente da fidelidade à determinação ética do próprio ser. Em razão disso, o caminho que nos cabe percorrer inspira-se numa pergunta essencial: Quem é, afinal, o ser humano?

3.1. *Bipolaridade essencial*

A fonte maior dos conhecimentos humanos é sempre a experiência vivida. Aqui é importante evitar generalizações, porque há níveis de experiência que são intransferíveis. Nem mesmo o princípio de analogia, sempre necessário na sistematização de um conhecimento referente ao ser humano, consegue encurtar as distâncias, de tal forma que se possa falar de uma antropologia abrangente, onde todas as diferenças encontrariam unidade.

Assim mesmo, no pleno respeito à irrepetibilidade pessoal, é possível um nível satisfatório de convergência que nos permita uma visão comum de estrutura básica do ser humano.

Pois bem, na raiz mesma do ser encontramos uma bipolaridade essencial. Há uma tendência que leva o ser humano a buscar em tudo e por tudo a satisfação de seus próprios interesses. E quando isto acontece, determinando a orientação básica da existência, o ser humano instrumentaliza pessoas, instituições, projetos. Nada consegue fazer sem segundas in-

tenções. Mas há outra tendência, que se expressa num olhar contemplativo, e que não efetiva uma aproximação visando algum benefício. Em termos de senso comum, o que vive gratuitamente é sempre um perdedor porque é capaz de renúncia e desprendimento. Na verdade, a gratuidade é o único espaço em que é pensável uma vivência de plenitude. Há um consenso no sentido de reconhecer que as experiências do amor e da amizade constituem o que há de mais gratificante na existência humana. E o que são essas experiências senão formas de *descentralização* que levam o ser humano a tornar-se *dom*?

3.2. A condição humana

Aquilo que se convencionou chamar de condição humana, e que outra coisa não é senão a forma normal do existir histórico, uma vez que já não temos ancestrais a quem responsabilizar por nossas mazelas, mostra uma divisão no coração mesmo do ser humano. Seu existir no mundo, na vasta gama de suas relações, apresenta formas de um conflito-estrutural: ele oscila constantemente entre a gratuidade e o interesse. Não temos aí, evidentemente, dois compartimentos estanques, capazes de abranger a totalidade humana. O reconhecimento da conflitividade básica mostra-nos que a contraposição tensional constitui a normalidade humana. O máximo que se consegue atingir é a prevalência de um dos pólos sobre o outro. Mas nenhum deles está totalmente ausente na situação existencial. Isso significa que a reversão é uma possibilidade constante, não importando o grau atingido de vivência. Ninguém está a salvo e ninguém é um caso perdido.

Como se trata de pólos que tendem à exclusão recíproca, é importante saber em qual deles a plenitude da vida se torna uma efetiva possibilidade. Pois bem, a experiência vivida *testemunha* que a gratuidade relacional constitui a lei fundamental da existência humana. O ser humano foi criado de tal forma que só pode encontrar realização na comunhão e na partilha. Em leitura antropológica, vemos que Jesus (Mc 8, 35) compreende o ser humano voltado para a preocupação de *salvar* a própria vida caminhando na direção fatal de sua *perdição*. Pelo contrário, o que estiver disposto a perdê-la por causa dele e do evangelho encontrará sua plena realização.

3.3. O ser humano como gratuidade

A compreensão da realidade humana em nosso Mundo Ocidental está duplamente viciada. Em perspectiva evolucionista, a partir das descobertas da paleontologia, falou-se em *homô faber* e em *homo sapiens*. A conseqüência foi a definição

do ser humano em termos de capacidade produtiva e de racionalidade. Pouco se falou em *homo ludens*, a partir do espírito contemplativo, do senso lúdico e da gratuidade. O mesmo processo tem-se verificado na tradição do pensamento filosófico. Até Descartes e Kant, deu-se muita ênfase à capacidade articuladora do pensamento, e o ser humano foi definido como animal racional. Depois, a partir da esquerda hegeliana, foi ganhando força a compreensão do ser humano como aquele, que mediante o trabalho, transforma a realidade.

A racionalidade e o trabalho, em igual medida, são atividades direcionadas pelo interesse, e não conseguem definir o ser humano em sua profundidade maior. Compreendê-lo como animal racional, tal como tem acontecido em nosso contexto cultural, revela incomparável infelicidade. E isso pela razão bem simples de que os *valores fundantes*, aqueles que dão consistência e sentido à vida, não passam pelo crivo da racionalidade, por serem *a priori*. Isso equivale a dizer que são atos de fé, em nível teológico ou antropológico. Nesta forma de compreensão, o ser humano é entendido como aquele que *usufrui*, na gratuidade, a plenitude da vida.

Esta reviravolta tem conseqüências na definição da realidade de Deus. No reverso da compreensão bíblica, que vê o ser humano como tendo sido criado à imagem e semelhança de Deus, a definição de essencialidade humana torna-se fundamental na definição de essencialidade divina. Se o ser humano é fundamentalmente razão, Deus será definido como a Mente Suprema. Se o ser humano é fundamentalmente trabalho, Deus será definido como o Arquiteto Supremo do universo. Se o ser humano é fundamentalmente gratuidade, Deus será definido como Graça. Isso equivale a dizer que, para encontrar o Deus bíblico, que é Graça, é preciso operar uma profunda reviravolta antropológica.

3.4. *Profetas, artistas, poetas e contemplativos*

A conclusão a que *chegamos*, sem em momento algum tê-la pretendido *demonstrar*, é que o ser humano, sem menosprezar as capacidades reflexiva e operativa, atinge sua expressão maior quando, superando o espírito interesseiro, consegue estabelecer relações marcadas essencialmente pela gratuidade. É esta razão pela qual o amor e a amizade, conforme lembramos mais acima, constituem as experiências mais significativas e de maior plenitude. A arte, a profecia, a poesia, a contemplação, são dimensões tão essenciais que, sem elas, se põe em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Este tipo de discurso, não há como negá-lo, não encontra eco entre os bem-pensantes, para os quais um valor está essen-

cialmente ligado à demonstrabilidade racional. Mas nem a arte, nem a poesia e nem a contemplação passam por esse crivo. É esta a razão pela qual todos quantos, deixando para um segundo plano a dinâmica da produtividade, vivenciam na gratuidade os valores fundantes da vida, gozem de tão pouco apreço. Os espíritos produtivos, marcados pela *eficiência* e pelo *lucro*, tendem a considerar artistas, poetas e contemplativos como autênticos *parasitas* da sociedade. Mal sabem que são justamente esses que salvam a humanidade da mais completa insanidade. Contrariando a fábula de La Fontaine, diremos que o mundo será salvo pelas cigarras e não pelas formigas. Os artistas, poetas e os contemplativos não *demonstram* absolutamente nada. O que os qualifica é sua condição de *testemunhas*. Não nos admira, então, que as *visões* mais profundas da realidade venham pela mediação destas testemunhas.

Lugar de destaque têm aqui as crianças. A palavra de Jesus referente às crianças na perspectiva do Reino não deixa de ser intrigante. Os adultos costumam olhar com benevolência tolerante para quanto fazem e dizem as crianças. É uma forma educada de expressar que não as levam a sério. Presumem até que a vida se encarregará de mostrar realidade *tal como ela é*. O que chama a atenção, na atitude de Jesus, é sua extraordinária *seriedade*: “*Deixai as crianças virem a mim. Não as impeçais, pois delas é o Reino de Deus*” (Mc 10,14). Isso equivale a dizer que elas detêm a chave da sabedoria e conhecem a verdadeira face da realidade. O olhar das crianças é transparente e contemplativo, e por isso a realidade se lhes revela com maior profundidade. O escritor francês Georges Bernanos faz dizer à priora do mosteiro em “*Diálogos das Carmelitas*”: “*Quando os sábios esgotam a própria sabedoria, convém ouvir as crianças*”¹ Elas certamente desconhecem a ciência e ignoram a sisudez dos bem-pensantes, mas vivenciam a verdadeira sabedoria. O que está em jogo aqui é o espírito contemplativo, expressão de gratuidade, sem o qual o Reino nos deixa à margem: “*Aquele que não receber o Reino de Deus como uma criança, não entrará nele*” (Mc 10, 15).

1. G. BERNANOS, *Dialogues des Carmélites*. Paris, 1984, p. 107.

3.5. O espírito do capitalismo

A reviravolta antropológica de que falávamos mais acima torna-se tarefa extremamente difícil face ao contexto socio-político-econômico em que vivemos. O espírito do capitalismo que tem na eficiência e no lucro suas molas propulsoras, constitui a negação mais flagrante da contemplação e da gratuidade. Nele tudo tem seu preço. Nada se faz sem a perspectiva do lucro. Este espírito, tão presente nas relações econômicas, acaba envenenando toda a vasta gama das relações pessoais e so-

ciais. Já quase não se consegue efetivar aproximações dialogais sem que um interesse sórdido se intrometa. A constância dessas relações interesseiras leva gradativamente as pessoas a sequer admitirem que existam relações de verdadeira gratuidade. E quantos, contrariando o espírito lucrativo, procuram estabelecer relações marcadas pela gratuidade, são invariavelmente consideradas ingênuos.

Um teste interessante é a reação frente à parábola dos trabalhadores das diferentes horas do dia (Mt 20, 1-16). Ressalvando raras exceções, há um consenso em reconhecer uma situação de injustiça na equiparação salarial. Não se consegue ver que somente aos trabalhadores da primeira hora foi estipulado um valor determinado, aceito sem objeções. Se o que fora combinado é rigorosamente cumprido, onde estaria a razão do descontentamento? Não é difícil perceber como e quanto a gratuidade incomoda. Os primeiros trabalhadores receberam pela justiça. Os demais pela gratuidade. Podemos até imaginar que se os primeiros recebessem conforme o combinado, e os demais proporcionalmente menos, ninguém reclamaria.

4. ÉTICA E GRATUIDADE

Após refletirmos sobre o ser humano como a inspiração maior da ética, e o compreendê-lo na bi-polaridade *gratuidade/interesse*, observamos que a plenitude do humano é a meta que somente um espírito gratuito é capaz de atingir. Resta-nos refletir em que medida a gratuidade deve marcar a determinação ética de forma a tornar gratuitas as relações humanas. Temos aí uma tarefa nada fácil em função também dos interesses subjacentes em todo comportamento humano, e de sua cristalização em sistemas, códigos, preceitos, preconceitos e tabús. Trata-se, no fundo, de buscar o caminho da *porta estreita*, evitando as armadilhas do *caminho largo e espaçoso* porque este, no dizer de Jesus, leva-nos inevitavelmente à perdição (Mt 7, 13). Além do mais, precisamos levar em consideração que as constantes antropológicas nunca permanecem ao nível de mera indicação.

4.1. Ética e estrutura

O ser humano, no sentido de pôr ordem em sua vida, transforma as indicações em estruturas de poder de forma a evitar a incômoda necessidade de tudo recriar em cada situação. É uma característica do poder que, uma vez atingido o objetivo de passar de *oposição* para *a situação*, cristalizando o novo estado de coisas com vistas à sua continuidade. O fato, em si mesmo, não constitui anomalia porque se trata de um meca-

nismo ligado essencialmente à condição humana. Nenhum empreendimento relevante tem futuro se recusar a via estrutural, e puser sua confiança ingenuamente na suposição de que o ser humano tende de forma espontânea sempre para as soluções mais complexas e mais elevadas. Pelo contrário, ele busca as soluções mais simples e mais fáceis, seguindo a lei do menor esforço. Em razão disso, uma visão de perspectiva será sacrificada em vista de respostas imediatas. Os ingênuos de todos os matizes costumam sofrer abalos terríveis face à constatação de que o ser humano, em função de bens aparentes e imediatos, trabalha contra si mesmo na busca daquilo que, mais que tudo, é capaz de fazer surgir e realizar sua dignidade maior.

Em decorrência de tudo isso, faz-se necessária uma reflexão que nos abra à possibilidade de uma determinação ética marcada essencialmente pelo espírito de gratuidade. O que está em jogo, conforme vimos mais acima, não é a própria determinação, mas a dignidade humana em sua plenitude. Queremos uma ordem ética, objetivada também em estruturas, que seja portadora de um espírito capaz de levar quem a segue a um crescimento em humanidade. Mas para que este objetivo possa ser atingido, faz-se necessária a superação de alguns mecanismos de bloqueio. É o que veremos na seqüência.

4.2. *Comportamento ético e retribuição*

A antropologia nos fala de uma tendência inata no ser humano de sempre associar o envolvimento na ação ao usufruto de alguns benefícios. Talvez pudéssemos dizer que na raiz de todo comportamento há um desejo, nem sempre expresso de maneira clara, mas nem por isso menos real, de recuperar com *lucro* o *investimento* realizado. O que é importante ressaltar é que não se trata apenas de visar um retorno proporcional ao desgaste sofrido. Há um mais-valia que exige até o dobro ou o triplo do investimento realizado. Diante de algo a efetivar, surge inevitável a pergunta: será que isto *compensa*? Esta perspectiva atinge a todos, embora não seja a mesma em todos a perspectiva de um retorno compensador. Toda pessoa que se envolve na ação e não lucra de forma satisfatória é considerada ingênua. O ideal é sempre o mínimo de esforço para o máximo de lucro.

Isso nos faz pensar que há um espírito comercial envenenando as relações humanas. A determinação ética não somente exige um desgaste de energias, mas ainda impõe restrições face a uma vasta gama de possibilidades. A percepção de que uma atitude eticamente correta leva sempre a um crescimento em humanidade não é, por si só, capaz de motivar a ação em es-

pírito de renúncia. O *bem definitivo* está muito distante para ser fator decisivo na opção do comportamento humano. A quase totalidade das pessoas não hesita em sacrificar um *bem em perspectiva* à satisfação imediata de *bens perecíveis*. Dentro deste horizonte, já como expressão da condição humana, o bem que propicia em profundidade a plenitude humana tem força menor de atração por referência a quanto degrada o ser humano, mesmo trazendo-lhe uma dose de satisfação de prazer. Um comercial de cigarros veiculado na França dizia, como apelo comercial, que tal marca tinha o sabor do pecado. Mesmo reconhecendo que somente o amor será capaz de trazer a verdadeira felicidade, não é difícil perceber que o egoísmo é mais sedutor e gera um nível maior de satisfação e prazer.

4.3. Gratuidade relacional

Este espírito, que marca tão profundamente o ser humano na sua organização da vida, na sua opção valorativa, atinge inevitavelmente sua dimensão relacional. Neste campo, há um processo seletivo que parte da constatação de que nem todas as pessoas tem o mesmo peso significativo. São muitos os fatores que entram neste âmbito de apreciação: simpatia, prestígio, poder de decisão nos campos político, econômico e religioso, capacidade de proporcionar um índice razoável de satisfação. Visando obter os favores dessas pessoas, o ser humano é capaz de sacrifício e de renúncia porque sabe que toda *perda* é um *investimento* com *retorno* assegurado. Fica-se com a impressão de que, sem estes estímulos compensadores, o sacrifício e a renúncia tornam-se insensatos.

Um exemplo, que pode ser observado no cotidiano, expresso no mais das vezes de forma inconsciente, mostra de maneira bem simples como funciona este mecanismo. Uma pessoa convidada para uma festa familiar recebe ao final, na hipótese de *ser bem sucedida*, uma apreciação elogiosa mais ou menos nestes termos: *sua presença casou-nos enorme prazer*. Se esta pessoa for desavisada, pode até empolgar-se e sentir-se valorizada. Mas um mínimo de senso crítico permitirá uma compreensão diferente: ela está sendo valorizada não por aquilo que ela é, mas pela capacidade que tem de proporcionar prazer aos outros. Isso significa que ela estará em alta no conceito dos que a elogiam na estrita medida em que for capaz de proporcionar o prazer visado. Não é difícil daí concluir que uma eventual queda na capacidade prazerosa terá como consequência inevitável sua passagem para um segundo plano, ou até sua exclusão. Um amigo que caiu em *desgraça* será sacrificado impiedosamente. Assim, as pessoas *acolhem* contando com a retribuição adequada ao *dispêndio* realizado.

4.4. Teologia da retribuição

Mas é no campo religioso que a relação entre comportamento ético e retribuição se expressa de forma mais acentuada. A razão é discretamente óbvia. Afinal, aqui se joga o sentido último da existência. Em o “*Mito de Sísifo*”, Albert Camus sustenta que a premência de uma questão mede-se pelas ações que ela desencadeia. Essenciais são os problemas que levam à morte ou que multiplicam a paixão pela vida. E ele conclui dizendo que o sentido da vida é a mais premente de todas as questões.² A percepção da precariedade da existência, aliada à inexorabilidade do tempo que passa, e à perspectiva inevitável da morte, leva as pessoas a *investirem* tudo no sonho de uma vida depois da morte. E quando isso acontece, não há determinação ética que seja julgada excessiva com seus preceitos e suas proibições. Aliás, costuma-se pecar pelo excesso, visando atingir o máximo de segurança. Um exemplo típico, situado historicamente no tempo de Jesus, mas que se revela uma constante antropológica, é o comportamento dos fariseus. Havia uma determinação prescrevendo o pagamento do dízimo sobre tudo o que se produzisse e vendesse. Não havia prescrição para o caso de compra. Como era lícito duvidar que nem todos observassem tal preceito, os fariseus pagavam dízimos também sobre o que compravam para não correr o risco de consumir *produtos pecaminosos*, isto é, dos quais nada se descontou em termos de dízimo.

Este espírito está na origem da Teologia da retribuição. É interessante observar que Israel nem sempre acreditou que houvesse uma vida depois da morte. Num primeiro tempo, o povo era considerado historicamente eterno, na sucessão dos indivíduos que desapareciam com a morte. Havia uma tal confiança na justiça retributiva de Iahweh até o ponto de imaginar que, na história, os *fiéis* viveriam na prosperidade, ao passo que os *infiéis* sofreriam toda espécie de castigo e privação. Esta crença ingênua sofreu um forte abalo face a constatação de que, com excessiva frequência, os *fiéis* passavam por privações, enquanto os *infiéis* viviam na prosperidade. Este foi um momento de crise. Para um povo que se alimentava na fé religiosa, era impensável a hipótese de uma exclusão de Deus. Assim, as possibilidades se reduziam praticamente a duas: ou se julgaria inaceitável a justiça divina, ou, então, seria necessário imaginar que a situação histórica não podia ser a última palavra de Iahweh sobre a existência humana.

Foi a partir daí que nasceu e foi se desenvolvendo a concepção de uma reviravolta de situações após a morte. Inicialmente julgou-se que somente os justos ressuscitariam, enquanto os maus

2. A. CAMUS, *Le mythe de Sisyphé*, Paris, 1977, p. 16-17.

seriam aniquilados. Num segundo momento, passou-se a acreditar que a ressurreição seria geral, mas com destino diferenciado. Um texto de Daniel parece apontar nesta direção: “*Muitos dos que dormem no solo poeirento acordarão; uns para a vida eterna e outros para o opróbio, para o horror eterno*” (Dn 12, 2).

4.5. *Direito à Salvação?*

O que é importante ressaltar é que a determinação ética passa a expressar-se de forma basicamente interesseira. Uma das razões que opuseram Jesus aos fariseus era justamente a postura face à determinação ética relacionada com a retribuição. Jesus parece insistir em que o cumprimento de normas e preceitos, por mais sagrados que sejam, não gera qualquer tipo de direito à salvação. Esta vem como dom de Deus. Poucas palavras de Jesus foram motivo de tanta revolta como a que proclamava que publicanos e prostitutas precederiam escribas e fariseus no Reino dos Céus. Os transgressores da Lei estariam em situação melhor. A observância intransigente levaria à exclusão ou a uma situação de inferioridade. Jesus sempre expressou extraordinária misericórdia em relação a toda espécie de pecadores, mas foi implacável com escribas e fariseus com sua presunção de justiça retributiva conquistada pela fiel observância da Lei.

Constitui, certamente, motivo de tristeza a percepção de que, na história da Igreja, no que concerne à determinação ética, a perspectiva de Jesus tenha sido suplantada pela de escribas e fariseus. Dentre os cristãos, os católicos são os que mais se deixaram contaminar pela ética farisaica. Eles costumam compreender a vida como um imenso sistema bancário: a observância de normas e preceitos capitaliza em bens de eternidade. A Igreja nunca deixou de proclamar a teologia da Graça. Mas ela esqueceu de falar da gratuidade, que é a contrapartida humana à Graça incondicional de Deus. O fato é que os católicos costumam ser enormemente interesseiros em sua vida de fé. Se antigamente era difícil saber quando alguém vivia em estado de Graça, hoje há um sinal inequívoco: a capacidade de vivenciar relações de gratuidade. E isso pela simples razão de que é impossível viver a Graça (*dimensão teológica*) sem relações de gratuidade (*dimensão antropológica*). Diz a *Carta de Tiago* que a fé sem as obras é morta (Tg 2, 17)

4.6. *Dois testemunhos*

A percepção de que estamos diante de um lamentável equívoco acontece muitas vezes à margem das Igrejas institucionais.

3. N. KAZANTZAKI, *Le pauvre d'Assise*, Paris 1984.

Dois exemplos, tirados da literatura, podem ajudar-nos a compreender esta situação. O escritor grego Kazantzakis, numa obra sobre Francisco de Assis³, descreve um diálogo entre Francisco e Frei Leão, homem de extraordinária simplicidade. O diálogo inicia-se com uma pergunta a Frei Leão: “*quando é que um homem atinge o máximo despojamento?*” Frei Leão diz-se incapaz de compreender questão tão complexa. Francisco dá ele mesmo a resposta: “*um homem atinge o máximo de despojamento quando é capaz de renunciar á vida eterna*”. Hoje poderíamos dizer que a plenitude humana acontece quando o ser humano, em sua determinação ética, não se deixa influenciar em nada pela perspectiva de retribuição no tempo ou na eternidade.

Outro exemplo é um texto de Dostoievski referindo-se ao juízo final e ao éscaton, com uma postura de misericórdia por parte de Deus em relação aos pecadores: “*E então a Ele se voltarão os sábios e se voltarão os inteligentes e eles gritarão: `Senhor! Por que é que tu recebes aqueles?’ e Ele dirá: -Eu os recebo, ó sábios, e os recebo, ó vós inteligentes, porque nenhum deles jamais se acreditou digno deste favor...’ e então nós choraremos... e nós compreenderemos tudo... e todos compreenderão...*”⁴ Uma eventual equivalência, nos moldes da parábola de Jesus sobre os trabalhadores das diferentes horas do dia (Mt 20, 1-16) despertaria na maioria dos cristãos a sensação de terem sido roubados.

Como é fácil de perceber, há um vício de raiz que envenena a vida de fé. E o que ocorre na relação com Deus é prolongamento de uma postura que já se manifesta em todos os níveis das relações humanas. Quando, numa comunidade de inspiração cristãs; as normas e preceitos prevalecem sobre o bem pessoal, a referência evangélica torna-se um embuste. E isso porque o Evangelho se faz portador de um humanismo radical: a dignidade humana é o critério maior e definitivo de toda determinação ética. O que nos diz hoje a antropologia reflete o cerne do Evangelho: o Cristianismo é um humanismo.

4.6. A superação das normas

Esta reflexão iniciou-se observando que a existência de normas, interdições e preceitos responde também à necessidade de controlar o indivíduo e a sociedade. Na seqüência, a compreensão do ser humano na bi-polaridade essencial de gratuidade/interesse levou-nos à conclusão de que a meta da determinação ética, em sua intencionalidade mais profunda, é a de levar à plenitude humana. Finalmente, vendo que o ser humano segue a inclinação inata de sempre associar a obtenção de um benefício à prática do comportamento ético, falamos em

4. Citado por Julien GREEN, *Jeunes Années*; Autobiographie 2, Paris, 1984, p. 245.

teologia da retribuição. Compreendendo a realidade humana, em razão de sua bí-polaridade, nos termos de um conflito estrutural, chegamos a reconhecer que a gratuidade é um espaço a ser incessantemente conquistado. As normas visariam assegurar a prevalência da gratuidade sobre o interesse, sabendo que, na história, nenhuma conquista pode ser considerada definitiva. Por outro lado, as normas, em si mesmas, nada valem, uma vez que não passam de mediações de valores. Sem esses, elas são como recipientes sem conteúdo, ou formas sem densidade interna. Assim, elas nunca podem ser consideradas como a referência última do agir humano.

Mas, a partir do momento em que compreendemos as normas em termos instrumentais, sua maior ou menor relevância prende-se à hierarquia dos valores que lhes asseguram sentido. Ora, aquilo mesmo que é a razão de sua existência é também o fator determinante que leva à sua superação. Quanto mais o ser humano vivenciar a dinâmica da gratuidade, mais irrelevantes se tornam as normas. Se pudéssemos imaginar uma situação histórica com a gratuidade ocupando todos os espaços, a consequência mais imediata seria o desaparecimento puro e simples de todas as normas, preceitos e interdições. Além do mais, não havendo mais a perspectiva da retribuição, as chamadas *obras meritórias*, referencial decisivo de muitos cristãos, perderiam consistência, tornando-se obsoletas.

4.7. Investimento ético

Uma dinâmica desta ordem representaria uma verdadeira tragédia para quantos buscam, na fiel observância, razões fortes de segurança em termos de tempo e de eternidade. Eles perderiam sua *tábua de salvação*. Mas há um outro fator ainda que entra na composição deste *investimento ético*: a hierarquia valorativa das pessoas em exata proporção da radicalidade da observância. Uma eventual equivalência indiferenciada, expressão genuína da absoluta gratuidade de Deus, provocaria fatalmente um sentimento de profunda decepção. Sabemos que, na história, em decorrência da condição humana, não é pensável uma situação de gratuidade absoluta. Em razão disso, as normas nunca poderão ser totalmente dispensadas. Mas sua incidência irá sendo atenuada na medida em que grupos, comunidades e a própria sociedade, como um todo, forem crescendo em termos de plenitude humana. “*Ama e faze o que quizeres*”, dizia Agostinho de Hipona. Há um máximo de gratuidade corresponde um mínimo de normatividade. Assim, uma comunidade que se alimenta na teologia da Graça, como é o caso da Igreja, deveria desfazer-se progressivamente de todo o seu aparato legal.

O sonho anárquico de uma sociedade sem leis e sem governo encontra sentido na medida em que a humanidade for crescendo no espírito da gratuidade essencial. A multiplicação das leis é a indicação mais evidente da imaturidade de um grupo ou de uma comunidade. O que diríamos, então, de uma comunidade eclesial portadora de uma estrutura sufocante, parecendo dizer que o ser humano foi feito para as normas, e não o contrário? Não somos tão ingênuos até o ponto de imaginar que a vivência da gratuidade consiga preencher todos os espaços sociais de forma tal a nos levar a uma supressão pura e simples de toda determinação normativa. Se a ambigüidade, marca essencial da condição humana, não constitui um *estado decaído*, mas a forma normal de nossa existência histórica, a conclusão é inevitável: como parte desta normalidade, temos um preço a pagar em termos de interdições, normas e preceitos. Nossa resistência e nossa contrariedade expressam aquilo que justamente constitui a raiz de nossa condição: a defasagem crônica entre a infinitude do desejo e a precariedade de nosso existir histórico.

4.8. O Mistério Pascal e o fim da Lei

A antropologia cristã tem no Mistério Pascal de Jesus Cristo um referencial decisivo. Surpreende-nos a radicalidade com a qual o apóstolo Paulo consegue ser fiel à perspectiva de Jesus, transpondo para categorias antropológicas toda a riqueza de sua Pessoa e de sua Mensagem. Ele fala em nova criação, humanidade nova. Isso equivale a dizer que no evento Cristo o ser humano atingiu a plenitude, assegurando solução plena para a ambigüidade radical. No Mistério Pascal de Jesus Cristo a humanidade, de forma antecipada, efetiva a coincidência entre o desejo e a realidade. Paulo compreendeu que nesta plenitude acontece o máximo de liberdade: ela, com efeito, determina o fim da Lei. A Igreja, se quiser ser fiel a esta plenitude (sem isso ela seria historicamente inócua, para não dizer inútil ou até prejudicial), deve caminhar na direção da gratuidade e testemunhar, através de sua leveza na forma de ser, que a determinação ética torna-se progressivamente dispensável na medida em que vai crescendo em humanidade. Um caminhar em sentido inverso, na direção de um aparato legal cada vez mais forte, é uma indicação penosa de sua infidelidade.

BIBLIOGRAFIA

GONZALEZ FAUS, José Ignacio: *Proyecto de hermano; visión creyente del hombre*. Santander, Sal Terrae, 1987.

HUIZINGA, Johan: *Homo Iudens*. Torino, Einaudi, 1984.
SEGUNDO, Juan Luis: *Graça e condição humana*. São Paulo, Loyola, 1977.
———: *El hombre de hoy ante Jesus de Nazaret*, v. 2: Historia y Actualidad, Sinopticos y Pablo, La Cristología Humanista de Pablo.

Hermilo E. Pretto
Professor de Teologia Sistemática
Instituto Teológico São Paulo